



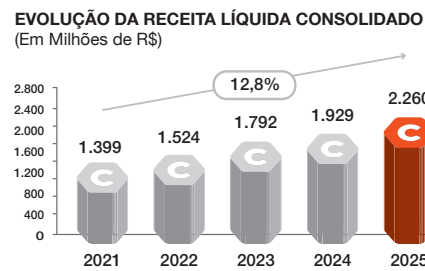
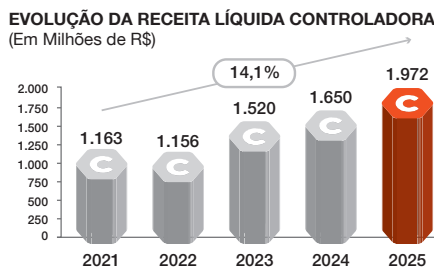
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.
CNPJ nº 61.584.223/0001-38



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2025 e 31/12/2024, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

Evolução da Receita Líquida entre 2021 e 2025:



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	634.082	402.679	689.385	454.127
Contas a receber de clientes	7	297.626	252.856	361.716	326.551
Ativo financeiro de concessão	8	-	-	157.940	151.194
Impostos e contribuições a compensar	9	4.295	474	17.166	13.755
Adiantamentos a fornecedores	-	3.127	2.290	6.656	7.167
Estoques	-	4.790	3.216	5.825	3.999
Outras contas a receber	-	13.763	13.025	18.568	14.677
		957.683	674.540	1.259.255	971.470
Não circulante					
Partes relacionadas	11(a)	21.437	13.023	11.191	780
Contas a receber de clientes	7	174.423	134.388	371.121	327.759
Ativo financeiro de concessão	8	-	-	610.802	629.380
Processos judiciais	10	19.781	45.762	20.856	46.547
Impostos diferidos	24(a)(i)	901	891	90.054	73.876
Impostos e contribuições a compensar	9	21.020	21.020	21.020	21.020
Outras contas a receber	-	1.169	3.062	22.093	17.687
		238.731	218.146	1.147.137	1.117.049
Investimentos em participações	12(a)	931.190	878.588	337.197	295.941
Outros investimentos	13	73.454	82.511	73.454	82.511
Propriedades para investimentos	14	-	-	207.594	202.924
Imobilizado	15	36.712	33.932	81.824	78.640
Intangível	16	3.100	7.531	9.022	14.887
Ativo operacional	17	-	-	595.721	503.509
		1.283.187	1.220.708	2.451.949	2.295.461
		2.240.870	1.895.248	3.711.204	3.266.931
Total do ativo					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A Construcap, com claro objetivo de oferecer serviços dentro de um rígido padrão de qualidade a seus clientes vem buscando o aprimoramento e controle contínuos de seus processos. Dentro desta visão, informamos que estamos certificados atualmente pelos seguintes programas:

- Norma NBR ISO 9001:2015** - Certificado nº TUV.08.1794109.4245.23 - Sistema de Gestão da Qualidade - Construção de edifícios comerciais, residenciais e industriais, e obras de Infraestrutura, incluindo movimento de terra, pavimentação, saneamento, pontes, viadutos e túneis. Construção e montagem de terminais terrestres de armazenamento e distribuição e de dutos industriais para biocombustíveis, gás, petróleo e derivados. Obras de montagem eletromecânica e gerenciamento de EPC - Engineering Procurement and Construction.
- Norma NBR ISO 14001:2015** - Certificado nº TUV.14.1794109.4247.23 - Sistema de Gestão Ambiental - Em janeiro de 2006 obtivemos certificação, a qual passou a fazer parte do conjunto de normas do Sistema Integrado de Gestão (qualidade, segurança, saúde ocupacional e meio ambiente).
- Norma ISO 45001:2018** - Certificado nº 01 213 2231959 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, em substituição a Norma OHSAS 18001:2007 certificada em março de 2002.
- Norma PBQP/H SIAC/2021** - Certificado nº TUV.10.1794109.4246.23 - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade: Programa do Governo Federal para construção de obras habitacionais, saneamento básico e obras viárias, rodoviárias, drenagem, terraplanagem, pavimentação, manutenção viária, sinalização e obras de arte.

A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 25 de março de 2026.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	29	1.971.589	1.649.855	2.260.493	1.929.057
Custos dos serviços prestados	30	(1.667.510)	(1.377.696)	(1.838.148)	(1.546.617)
Lucro bruto		304.079	272.159	422.345	382.440
Despesas e receitas operacionais					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	31	(97.610)	(87.125)	(175.697)	(162.169)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(19.932)	(17.861)	(21.544)	(16.747)
Resultado de equivalência patrimonial	12(c)	136.469	126.475	50.219	46.043
Perdas de investimento	12(d)	(22.335)	(19.795)	-	-
		(3.408)	1.694	(146.932)	(132.873)
Lucro antes do resultado financeiro		300.671	273.853	275.413	249.567
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	33	48.467	24.583	199.268	147.459
Despesas financeiras	33	(7.211)	(8.370)	(99.531)	(69.937)
		41.256	16.213	99.737	77.522
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		341.927	290.066	375.150	327.089
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24(c)	(60.256)	(35.124)	(94.649)	(65.759)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24(a)(ii)	16.524	6.811	17.694	423
		(43.732)	(28.313)	(76.955)	(65.336)
Lucro líquido do exercício		298.195	261.753	298.195	261.753

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	298.195	261.753	298.195	261.753
Resultado abrangente do exercício	298.195	261.753	298.195	261.753

Atribuível a:
Acionistas da Companhia:
Juros sobre o capital próprio (92.383) (98.338)
Constituição da reserva legal (14.910) -
Constituição das reservas de lucros 190.902 163.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	298.195	261.753	298.195	261.753
Resultado abrangente do exercício	298.195	261.753	298.195	261.753

Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais
Variação monetária sobre ativo financeiro de concessão - (133.060) (118.336)
Percentage of completion (52.773) (87.969) (52.773) (87.969)
Resultado de equivalência patrimonial (136.469) (126.475) (50.219) (46.043)
Perdas nos investimentos 22.335 19.795 - -
Provisão para perdas patrimoniais e contingências 32 (1.277) 515 (1.228)
Precatórios (variação, juros e provisão de honorários advocatícios) (7.891) (3.401) (7.891) (3.401)
Receita da Construção - (7.050) - - -
Apropriação dos impostos diferidos (2.140) (868) (8.026) (2.501)
Provisão para reinvestimentos - - - 11.571 10.745
Depreciação 3.985 2.336 5.871 3.672
Amortização 5.078 4.557 22.570 18.577

Apropriação de encargos sobre financiamentos e outras variações monetárias (passivas)
Valor residual do ativo permanente baixado 356 721 878 889
Juros sobre mútuos, líquidos 2.893 4.011 9.086 6.748
Outras Despesas (379) - - -
Reequilíbrio financeiro das controladas - - - (2.711)
Ações judiciais ativas (variação, juros e provisão de honorários advocatícios) - 4.042 - 4.042
Ganho na avaliação de propriedade para investimento - - (4.670) (7.234)
176.897 105.552 244.561 142.875

Variações em saldos de ativos
Reccebimento dos precatórios e ações ativas 23.713 19.134 23.713 19.134
Contas a receber de clientes (47.854) (7.556) (41.576) (51.940)
Ativo financeiro da concessão - - - 144.892 139.162
Impostos e contribuições a compensar (3.821) (230) (3.411) (8.331)
Adiantamentos a fornecedores (837) (242) (1.488) 1.997
Estoques (1.574) 6.233 (1.826) 6.725
Outras contas 1.155 (3.493) (8.298) (13.615)
Processos judiciais 25.981 (4.851) 25.692 (5.021)
(3.237) 8.995 137.697 88.111

Variações em saldos de passivos
Obrigações e encargos trabalhistas 25.222 1.499 27.263 2.900
Obrigações tributárias (51.762) (49.283) (92.991) (68.838)
Adiantamentos de clientes 113.794 62.227 96.571 164.189
Adiantamentos de outorga - - - (8.997) 7.787
99.121 17.748 42.639 101.403
- (176) (80.880) (76.854)
- (176) (80.880) (76.854)
Juros pagos - - - -
Disponibilidades geradas pelas operações 272.781 132.119 344.017 255.535
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais de transporte 272.781 132.119 344.017 255.535
Fluxo de caixa das atividades de investimento
Integralização de capital nas coligadas (8.607) (16.468) (51.204) (16.468)
Redução de capital nas coligadas - - - 47.408 -
Adiantamento para futuro aumento de capital nas coligadas 1.376 (4.060) - -
Dividendos e JCP recebidos de controladas e coligadas 87.842 97.830 12.938 27.370
Aquisições do ativo operacional - (754) (80.728) (85.900)
Aquisições do imobilizado (7.121) (22.564) (9.934) (30.940)
Aquisições do intangível (268) - - (1.510) (2.014)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento 73.222 48.984 (83.210) (107.952)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos
Captação de empréstimos e financiamentos - - 400.258 196.791
Amortização de empréstimos e financiamentos (55) - (322.319) (141.835)
Juros sobre capital próprio pagos (92.383) (98.338) (92.383) (98.338)
Mútuo com partes relacionadas 1.156 - - -
Pagamento do mútuo com partes relacionadas (12.789) - (674) -
Contas-correntes com partes relacionadas (10.529) (1.048) (10.431) (1.481)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos (114.600) (99.386) (25.549) (44.863)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa 231.403 81.717 235.258 102.720
Caixa e equivalentes de caixa
No início do exercício 402.679 320.962 454.127 351.407
634.082 402.679 689.385 454.127
Aumento de caixa e equivalentes de caixa 231.403 81.717 235.258 102.720

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais entidades identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. c. **Contas a receber de clientes:** (i) É composto pelos saldos a receber de clientes dos setores público e privado, por prestação de serviços no curso normal dos negócios, inclusive, aqueles em cobrança administrativa e judicial (precatórios). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos provisão de perdas por impairment constituída com base na análise do tempo e dos riscos na realização de créditos a receber, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas. Estão também apresentadas nessa rubrica os saldos decorrentes de serviços de construção executados (mediante) a futuro, relativos aos contratos de construção reconhecidos pelo grau de avanço das obras (Percentage of completion (POC)). (ii) O contas a receber de clientes das controladas Ambicap, Arena Serra Dourada, CMI, Urbia Aguas Claras, Urbia Canions e Urbia Parques, é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores e cessão de espaço, segregando as parcelas de curto e longo prazo. d. **Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12:** As controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba, contabilizam o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado das controladas porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo revertidos ao poder concedente no término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. e. **Processos judiciais:** Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legalidade de determinados passivos ou ações movidas contra ela. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por decisão da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo. f. **Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento corresponde a parcela substancial do terreno adquirido pela controlada CMO Construção e Montagem Offshore S.A., no Município de São Francisco do Sul - SC, Nota 4.5, a qual foi inicialmente mensurada ao custo, incluindo os custos de transação. A utilização do terreno será feita de forma diferenciada e será construído um estaleiro ocupando 500 mil m², cuja parcela está classificada no ativo imobilizado. A parcela restante tendo terreno (8.500 mil m²) está reservada a futura apreciação e posterior avaliação de destinação, sendo este classificado como propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é mensurada ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas resultantes apropriadas ao resultado do exercício no momento em que forem gerados. Em 2025 o investimento foi avaliado em

continua ->

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais

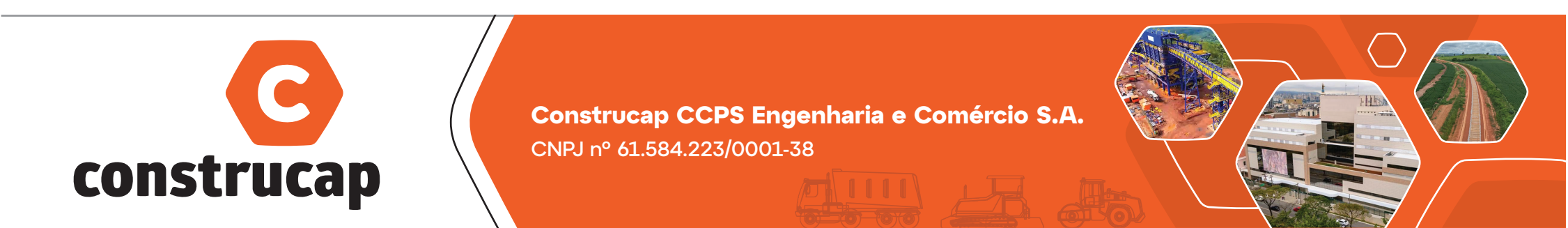
	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023		212.000	(8.961)	42.400	1.060.783	-	-	1.306.222
Ganhos e perdas de participação em coligada	-	-	-	-	-	-	4.848	4.848
Juros sobre capital próprio	27.4	-	-	-	-	(98.338)	(98.338)	-
Apropriação para reserva de retenção de lucros	27.3	-	-	-	163.415	(163.415)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		212.000	(4.113)	42.400	1.224.198	-	-	1.474.485
Aumento de Capital	-	288.000	-	-	(288.000)	-	-	-
Ganhos e perdas de participação em coligada	-	-	-	-	-	-	(5.977)	(5.977)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	298.195	298.195	298.195
Juros sobre capital próprio	27.4	-	-	-	-	(92.383)	(92.383)	-
Apropriação para reserva de retenção de lucros	27.3	-	-	-	14.910	(14.910)	-	-
Em 31 de dezembro de 2025		500.000	(10.090)	57.310	1.127.100	-	-	1.674.320

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no Município de São Paulo no Estado de São Paulo (SP), e predominantemente explora o ramo de construção civil em geral, executando obras para setores dos setores privado e público, de forma direta ou mediante a formação de consórcios. Logo após o advento da Lei nº 12.846, de 1º de março de 2013 ("Lei Brasileira Anticorrupção"), a Construcap entendeu por bem implementar um Programa de Integridade robusto e efetivo, em linha com as melhores práticas internacionais de Governança, Risco e Compliance, que resultou na reestruturação do seu programa de integridade corporativa ("Programa de Integridade"). O Programa foi implementado pelo escritório de consultoria Meyer, Sendack e Opice Advogados com base na metodologia de "7 elementos" inspirada no Capítulo VIII da do *United Sentencing Guidelines*, que atende os parâmetros do artigo 42 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que regulamentou a Lei Brasileira Anticorrupção. Em síntese, o Programa da Construcap abrange os seguintes elementos: (i) Mapeamento de risco; (ii) Criação de estrutura específica nos órgãos de governança corporativa; (iii) Elaboração de políticas claras e disponíveis; (iv) Comunicação e endomarketing; (v) Treinamentos; (vi) Canal de comunicação; (vii) Investigação, monitoramento e auditoria. A Diretoria de Compliance e Relações Institucionais, em nome do Comitê de Integridade do Grupo Construcap, implementou mecanismos de prevenção, detecção e combate à corrupção e demais atos contra a administração pública, que inclui dois elementos específicos, a saber: o funcionamento da governança corporativa do Comitê de Integridade e a condução dos canais de denúncia e comunicação atendidos pela consultoria independente Contato Seguro, que realiza o atendimento especializado das alegações de potenciais violações às leis e ao Código de Conduta da Construcap. As principais empresas coligadas e controladas por ramo de atividade, estão apresentadas a seguir: **Controladas:** • CMO Construção e Montagem Offshore S.A. (CMO), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, e tem como objetivo a exploração, operação e administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior para o propósito de desenvolver projetos de terminais portuários e aeroportuários, estaleiros, fabricação e integração de componentes modulares para embarcações para a indústria de petróleo offshore e desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação, fabricação e integração de artefatos navais e para a indústria de petróleo e gás; • Inova Saúde São Paulo SPE S.A. (Inova São Paulo), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. (Inova Sorocaba), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, e tem como objetivo única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo; • CMI - Exportação, Importação, Comércio e Serviços Ltda. (CMI), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, atua na venda de equipamentos; • Urbia Gestão de Parques SPE S.A. (Urbia Parques), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objetivo social a finalidade específica, única e exclusiva, sob o regime de concessão, de realizar a manutenção e gestão dos serviços de operação, manutenção e gestão de áreas dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Gerat; • Urbia Aguas Claras S.A. (Urbia Aguas Claras), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objetivo social a finalidade específica, única e exclusiva sob o regime de concessão, de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da concessão dentro dos limites do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Lfgren, incluindo a elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de turismo e visitação, com os serviços associados; • Ambicap Ltda. (Ambicap), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objetivo social as prestações de serviços de: modelagem de gestão de parques urbanos naturais, assessoria, consultoria, topográficos geodésicos, esgoto e saneamento urbano, coleta e remoção, transporte e disposição final de toda classe de resíduos líquidos, entulho e execução de projetos ambientais; • Arena Serra Dourada S.A. (Arena Serra Dourada), situada no Município de Goiânia no estado de Goiás, e tem por objetivo social reforma, modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo Serra Dourada. O Contrato de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), conforme edital de início em 12 de maio de 2025. **Coligada e controlada em conjunto:** • Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (Rio Bonito), situada no Município de Matias Barbosa no Estado de MG, e tem por objetivo social a prestação de serviços de operação de praças de cobrança de pedágio em rodovias; • Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena), situada em Belo Horizonte no Estado de MG, constituída com o propósito específico e exclusivo para a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto; • Urbia Cataratas S.A. (Urbia Cataratas), constituída em 1º de julho de 2022, situada no Rio de Janeiro no Estado de RJ, e tem por objeto social o serviço de apoio a visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional do Itaipu através do contrato de concessão nº 001/2022 do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) firmado em 22 de março de 2022; • Urbia Cataratas Jericoacoara S.A. (Urbia Jericoacoara) foi constituída em



construcap

Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ nº 61.584.223/0001-38

← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RS 207.594 (2024 - RS 202.924) gerando uma variação positiva de RS 4.670 (2024 - RS 7.234).
g. Imobilizado: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base no método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. A depreciação dos bens, exceto terrenos, é calculada pelo método linear às taxas mencionadas a seguir:

Anos	12 - 15	10 - 15	5 - 10	3 - 5	5 - 10
Construções e benfeitorias em terrenos	12 - 15				
Máquinas e equipamentos	10 - 15				
Veículos	5 - 10				
Equipamentos de informática	3 - 5				
Móveis e utensílios	5 - 10				

A estimativa de vida útil é revisada ao final de cada exercício, com os efeitos de quaisquer mudanças sendo contabilizados prospectivamente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.
h. Intangível: Licença de softwares: São capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo período de vida útil estimado, a uma taxa média de 20%. Os custos associados ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando qualificáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **i. Ativo operacional:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Operacional são aplicadas nas controladas Urbia Parques, Urbia Cânions, Urbia Águas Claras e Arena Serra Dourada, e estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento das Outorgas Fixa e Variável. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens atrelados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre empréstimos bancários, alguns investimentos realizados na infraestrutura e gastos em desenvolvimento e prestação de serviços. a. As taxas médias utilizadas para a amortização das controladas Urbia Águas Claras e Urbia Cânions são as mesmas para todos os parques, conforme apresentada abaixo:

Taxa média de amortização

Ano	UAC	UCV
2024	2,43%	2,83%
2025	2,59%	3,06%
2026	2,87%	3,20%
2027	3,21%	3,36%
2028	3,45%	3,52%
2029	3,65%	3,67%

b. As taxas médias utilizadas para a amortização da controlada Urbia Parques estão apresentadas abaixo:

Taxa média de amortização por parque:

Ano	Ibirapuera	Lajeado Tenente Euclides	Jacinto Alberto Jardim Felicidade
2024	2,59%	2,50%	2,50%
2025	2,82%	2,72%	2,78%
2026	2,85%	2,75%	2,75%
2027	2,88%	2,78%	2,78%
2028	2,92%	2,82%	2,82%
2029	2,95%	2,85%	2,85%

c. As taxas médias utilizadas para a amortização da controlada Arena Serra Dourada estão apresentadas abaixo:

Ano	2025	2026	2027	2028	2029
Arena Serra Dourada	0,05%	0,51%	1,01%	1,45%	2,37%

j. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **k. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os fornecedores também contemplam as retenções contratuais que são valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço, podendo ser classificado no passivo circulante e no passivo não circulante utilizando o mesmo critério. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **l. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **m. Passivos contingentes e provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Os passivos contingentes avaliados como prováveis estão provisionados pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão divulgados na Nota 25, e os avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente, diferido fiscal e diferido contábil. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **o. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **p. Reconhecimento da receita:** (i) A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) Reconhecimento da receita. A Companhia pratica as modalidades de Contratos por Empreitada Global, Contratos de Custo mais Margem e Contratos PMG (Preço Máximo Garantido). O resultado das operações (receitas e custos) em todas as modalidades de contratos é registrado à medida em que os serviços são executados, apropriado segundo o método de Percentagem da Conclusão (POC). A mensuração do POC, para todas as modalidades, é determinada com base na relação entre os custos efetivamente incorridos e a estimativa dos custos totais até a conclusão do contrato. Determinados contratos preveem que o cliente irá fornecer determinados materiais a serem aplicados na obra, através da contratação direta de fornecedores. Com a adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, essa parcela passou a ser reconhecida na conta de receitas e custos denominada "contraprestações não monetárias". Surte circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas e custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. (ii) As controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba, reconhecem a receita de concessão que é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza". As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras". (iii) As controladas Urbia Parques, Urbia Cânions, Urbia Águas Claras, reconhecem as receitas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. Essas operações estão, atualmente, relacionadas exclusivamente com a gestão, incluindo, suas responsabilidades e direitos, sobre os Parques. O Parque Ibirapuera possui quase a totalidade dos atrativos, demais de visitantes, espaços, equipamentos culturais e propriedades comerciais dentro da Concessão. Assim, este Parque representa a maior fonte de recursos da controlada Urbia Parques. (iv) **Receita financeira:** A receita financeira para a Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **q. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, é determinado quando aprovado o balanço do exercício em Assembleia Geral com base no estatuto social da Companhia. Os montantes distribuídos são contabilizados na DMLP do exercício seguinte. (i) **Juros sobre capital próprio:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia pode aprovar a distribuição a seus quotistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). O valor dos juros sobre o capital próprio para fins fiscais é registrado como despesa financeira e para fins de apresentação das demonstrações contábeis é tratado como distribuição de lucros, em redução a lucros acumulados, no patrimônio líquido. (ii) **Lucro básico e lucro diluído por ação:** O lucro por ação básico e diluído é calculado por meio do lucro líquido do exercício e pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **r. Impactos da reforma tributária: Reforma tributária do consumo (LC nº 214/2025)** - A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS), incluindo substitutos e mudanças: • CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e • Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC nº 224/2025):** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de

concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, IE e Contribuição Previdencial Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (Bets). **Avaliação de impacto:** A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e tem ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja afetação não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **4.1. Perda por redução do valor recuperável de ativos financeiros:** O montante da perda por impairment dos precatórios a receber incluídos na rubrica de contas a receber de clientes foi mensurado como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros que reflita os riscos correspondentes. Essa mensuração possui as seguintes estimativas críticas: (i) prazo no qual o referido ativo será recebido; e (ii) taxa de juros que corresponda aos riscos correspondentes. Quaisquer mudanças nessas premissas podem gerar alterações significativas no valor recuperável refletido nas demonstrações contábeis. Dado a posição da assessoria jurídica da Companhia, os recentes avanços acerca do tema precatórios junto às esferas dos governos municipais e estaduais, bem como os recentes posicionamentos do Superior Tribunal Federal, a administração entende que as premissas utilizadas na determinação do impairment (Nota 5.3(a)) consideram o cenário mais conservador. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base no critério descrito na Nota 6 referência (**). **4.2. Reconhecimento de receita:** A Companhia usa o método de Percentage of Completion (POC) para contabilizar seus contratos de construção. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos dos serviços a serem realizados até o final do contrato, para estabelecer uma proporção em relação aos custos incorridos até a data-base do balanço. Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para a conclusão dos contratos, são regularmente revisados e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. **4.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** Assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. **4.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das obrigações envolve essas estimativas e pode resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **4.5. Determinação do valor justo de ativos financeiros e não financeiros:** O valor justo de ativos financeiros da Companhia (precatórios a receber) e não financeiros: da Controlada CMO Construção e Montagem Offshore S.A. (propriedades para investimento), da Coligada Cia. de Concessão Rodoviária Juiç de Fora - Rio S.A. - Concer (investimentos), são determinados mediante técnicas de avaliação. A Companhia e sua controlada usam seu julgamento para escolher os métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e no caso do ativo financeiro, análise de fluxo de caixa descontado. Essas premissas estão sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados. O valor contábil desses ativos poderá sofrer alterações se diferentes premissas forem utilizadas para a sua determinação.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas concentra-se na minimização dos riscos financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia e suas controladas, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. (a) **Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude da Companhia e suas controladas não possuírem ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, bem como não possuem dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção indexados em moeda estrangeira. (ii) **Risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas analisam sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia e suas controladas definem uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. As análises de riscos individuais são determinadas por ocasião de cada uma das contratações. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora o caso de caixa a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares. A Companhia e suas controladas aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A seguir, o nível de risco de cada ativo financeiro representado pelo balanço de 31 de dezembro de 2025, através da utilização da técnica de fluxos de caixa descontados, levando em consideração as seguintes principais premissas: (i) prazo de recebimento em até 5 anos, a partir da ADI 4425 (Lei 13.080/15) de 25 de março de 2015 e emenda constitucional nº 99 de 14 de dezembro de 2017; e (ii) taxa de juros de desconto de 4,35% ao ano, representada pela Selic, acrescida de risco de 18,22% para o período de 5 anos. Por falta de dado específico divulgado para os demais emissores de precatórios, a mesma taxa foi utilizada para os mesmos. As tabelas abaixo apresentam as mudanças nos referidos instrumentos de Nível 3:

(i) Composição:

	2025	2024
Valor nominal atualizado	96.033	116.352
Atualização do ajuste a valor presente	(23.437)	(26.178)
Provisão dos honorários dos advogados	(7.260)	(9.017)
Precatórios a receber	65.336	81.157

(ii) Movimentação dos precatórios:

	Controladora	2025	2024
Saldo no início do exercício		81.157	85.492
Recebimentos		(23.713)	(7.736)
Baixa extinção do precatório		(1.670)	-
Atualização do ajuste a valor presente		2.741	4.548
Atualização monetária		5.063	(1.629)
Ajuste da provisão dos honorários dos advogados		1.758	482
Saldo no final do exercício		65.336	81.157

(b) Investimento avaliado ao valor justo: Em 2019, a Companhia revisou a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) do seu investimento na coligada Concer, considerando que, a Companhia durante o exercício perdeu o direito a voto no Conselho de Administração da coligada, exerceu o direito de mudança de critério da avaliação do seu investimento alterando de (MEP) para o ativo financeiro mensurado a valor justo, nível 3, através da utilização da técnica de fluxos de caixa descontados, esse método foi aplicado até 31/12/2024, com as seguintes premissas: (i) fluxos de caixa produzidos pela própria coligada; (ii) taxa de desconto baseado em custo médio de capital ponderado (WACC) baseado em critérios estabelecidos por Agência Reguladora e com base em proxies de mercado. Em 2024 a taxa de referência é de WACC real 6,49%. O laudo de avaliação independente foi confeccionado pela empresa Valya Building Trust, utilizando todos os dados extraídos da coligada. Dadas as projeções elaboradas ao final do ano de 2024, após aplicação do desconto da taxa de 6,49% em relação a participação da Companhia obtive-se o valor final de R\$ 82.224. Após o fim do contrato com o poder concedente, a Concer encerrou suas atividades em novembro de 2025. Entretanto, a avaliação do valor justo continua sendo realizada. A apuração do valor justo da empresa foi realizada com base nos valores dos direitos emergentes e nas provisões registradas no balanço de ativos e passivos. Em 31/12/2025 o valor justo do investimento Concer foi avaliado em R\$ 73.167, lançado no Patrimônio Líquido no grupo de Outros Resultados Abrangentes na linha de "Reconhecimento de valor justo do ativo financeiro", deduzido os impostos diferidos IRPJ (25%) e CSLL (9%). (c) **Ativos não financeiros:** A controlada CMO revisou o valor justo da propriedade para investimento, tendo contratado empresa especializada para realizar a avaliação, a qual utilizou a norma específica NBR 14165 partes 1 e 2. Foi utilizado o método comparativo direto de mercado, onde o preço do metro quadrado do terreno foi obtido após levantamento de dados efetuados em várias imobiliárias locais, comparando-se este terreno com outros semelhantes que estão à venda nas proximidades e levando-se a homogeneização, mediante a aplicação de coeficientes ou transformações matemáticas que traduzam, em termos relativos, as diferenças entre os imóveis pesquisados em comparação ao avaliado, determinando-se o valor unitário de terreno. A valoração do terreno de acordo com o Laudo independente está refletida no Grupo de Outras receitas e despesas. Nota 32 na linha de "Apropriação do valor justo propriedade de investimento".

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição Financeira	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		6.993	739	10.685	8.012
Caixa e bancos					
Títulos e valores mobiliários					
Banco Itaú S.A.	94,00% a 107,00% do CDI	418.280	291.380	447.886	324.713
Banco Daycoval S.A.	100,00% a 104,00% do CDI	75.815	15.960	75.815	17.632
Banco C6 S.A.	103,00% do CDI	66.162		66.162	
Banco Abc Brasil S.A.	89,00% a 104,50% do CDI	31.629	30.889	31.629	30.889
Banco Santander S.A.	80,00% do CDI	17.932	2.514	34.142	5.563
Banco Bradesco S.A.	85,00% a 103,75% do CDI	17.343	61.197	22.750	61.197
Banco do Brasil S.A.	73,68% a 75,27% do CDI	-	-	316	6.121
		634.082	402.679	689.385	454.127

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora	2025	2024	Consolidado	2025	2024
Contratos de construção:						
Público		97.521	90.448	97.521	90.448	
Privado		312.680	219.128	289.453	200.366	
		410.201	309.576	386.974	290.814	

	Controladora	2025	2024	Consolidado	2025	2024
Contrato de concessão (**)						
Privado		-	-	134.869	149.897	
Público		-	-	149.146	135.931	
		-	-	284.015	285.828	

	Controladora	2025	2024	Consolidado	2025	2024
Saldo de clientes		410.201	309.576	670.989	576.642	
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (*)		(3.489)	(3.489)	(3.489)	(3.489)	
Total de valores a receber de contratos de construção		406.712	306.087	667.500	573.153	
Precatórios a receber		65.337	81.157	65.337	81.157	
Total de contas a receber de clientes		472.049	387.244	732.837	654.310	
Circulante		297.626	252.856	361.716	326.551	
Não Circulante		174.423	134.388	371.121	327.759	

As cações retidas sobre faturamento de longo prazo referem-se a valores retidos por clientes como garantia de execução contratual, os quais serão liberados conforme o cumprimento das condições previstas em contrato e compõem o saldo de clientes no ativo não circulante. (*) As perdas de créditos esperadas são calculadas com base nas perdas estimadas após avaliação individualizada dos títulos pendentes de recebimento, sendo que o montante é considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. (**) As contas a receber são das controladas das concessões operacionais, que estão compostas a seguir:

	Controladora	2025	2024	Consolidado	2025	2024
Clientes						
Recuperação financeiro		-	-	146.346	134.483	
Patrocinio		-	-	50.553	65.516	
Publicidade		-	-	49.730	56.008	
Contraprestação variável		-	-	17.997	17.235	
Cessão de uso de espaço		-	-	14.485	8.074	



Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.
CNPJ nº 61.584.223/0001-38



→ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	2025	2024	
Empréstimos e financiamentos:			
Curto Prazo	-	57	
Longo Prazo	-	-	
	(634.082)	(402.679)	
(-) Caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários	(634.082)	(402.679)	
Divida Líquida	341.927	290.066	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.256)	(16.213)	
(+/-) Resultado financeiro, líquido	300.671	273.853	
Lucro antes do resultado financeiro	(52.773)	(87.969)	
(+/-) Percentagem de completion (POC)	(114.133)	(106.680)	
(+/-) Equivalência patrimonial	3.985	2.336	
(+) Depreciação	5.078	4.557	
(+) Amortização	142.828	86.097	

Após o atingimento do *completion* físico e financeiro do projeto, as controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba poderão realizar distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, desde que observadas as seguintes condições relativas ao ICSD: a. ICSD igual ou superior a 1,50 (Inova São Paulo) e 1,30 (Inova Sorocaba); distribuição permitida sem necessidade de anuidade prévia do BNDES; b. ICSD superior a 1,50 e superior a 1,30 (Inova São Paulo) e 1,20 e inferior a 1,30 (Inova Sorocaba); distribuição limitada a até 25% do resultado do exercício, independentemente de anuidade prévia do BNDES; c. ICSD igual ou inferior a 1,30 (Inova São Paulo) e 1,20 (Inova Sorocaba); vedada a distribuição de resultados sem prévia anuidade do BNDES. 2) O *covenant* financeiro da controlada Urbia Parques está vinculado ao contrato de financiamento por debêntures junto ao Banco Itaú BBA S.A., conforme previsto na cláusula vigésima quinta da escritura de emissão. Referido contrato estabelece a obrigatoriedade de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em nível igual ou superior a 1,30, com aplicação a partir de 2026, considerando o exercício social encerrado em 2025. O índice em 2025 é de 1,55 (2024 - 1,42).

19. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para férias e encargos	44.020	32.356	53.965	40.960
Ordenados e salários a pagar	17.347	11.859	21.321	15.621
INSS a pagar	11.325	4.956	14.423	7.657
FGTS a pagar	4.045	2.694	4.692	3.273
Demais contribuições sociais a pagar	510	160	548	175
	77.247	52.025	94.949	67.686

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL a pagar	17.646	12.058	25.925	25.233
Imposto de renda retido	8.522	6.733	10.426	8.298
Imposto sobre vendas	7.006	6.307	12.971	15.966
Contribuições e ISS retidos	4.546	4.129	8.301	7.163
	37.721	29.227	57.623	56.660

21. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Obras em andamento	240.266	126.471	240.266	126.471
Patrocínio	-	-	73.356	95.952
Cessão de espaço	-	-	38.236	19.830
Publicidade	-	-	49.730	56.008
Adiantamento Lei Rouanet	-	-	140	6.000
Outras Receitas	-	-	1.458	2.353
	240.266	126.471	403.186	306.614
Circulante	185.261	96.471	248.430	187.310
Não circulante	55.005	30.000	154.756	119.304

22. ADIANTAMENTOS DE OUTORGA

Em setembro de 2020, a Controlada Urbia Parques celebrou o Contrato de Cessão de Direito de Uso de Área para a Exploração Econômica de Estacionamento com a Administradora Geral de Estacionamentos S.A. ("Indigo"), com prazo de 20 anos e início de vigência a partir de 04/11/2020. A remuneração inicial para a assinatura do contrato será diferida durante a sua vigência. Em junho de 2024, a Indigo realizou antecipadamente o pagamento das parcelas remanescentes, relativas aos aportes adicionais previstos para os próximos 3 (três) anos, em uma única vez, mediante celebração do 3º Termo Aditivo, no valor de R\$ 18.132, que será reconhecido proporcionalmente em cada ano originalmente devido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outorga de estacionamento	-	-	26.805	35.802
Prêmio por desempenho	-	-	10.788	10.788
	-	-	37.593	46.590
Circulante	-	-	31.718	37.877
Não circulante	-	-	5.875	8.713

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Retenção de fornecedores em caução	28.145	25.876	30.110	27.579
Aluguel - CPC 06 (a)	-	5.171	-	5.993
Projeto Suape (b)	-	-	1.714	1.714
Complexo de Suape (c)	-	-	9.208	9.208
Outras obrigações a pagar	5.687	901	11.099	6.633
	33.832	31.848	52.221	50.217
Circulante	6.406	8.743	9.431	11.381
Não Circulante	27.426	23.105	42.790	38.836

(a) Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil, e passou a reconhecer o uso do ativo e um passivo correspondente na data qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras, sendo utilizado uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo; (b) a controlada CMO detém o direito de exercer o arrendamento perante a Secretária do Patrimônio da União ("SPU"). A Companhia em 2020 obteve a regularização cartorial do desmembramento da porção do terreno transferida à Companhia. Em função da pandemia não exerceu o direito de arrendamento e quando ocorrer deverá efetuar o pagamento de 10,00% do valor e o saldo remanescente poderá ser pago em até 120 parcelas, atualizadas pela taxa Selic, ou outra taxa que venha a substituí-la; (c) a controlada CMO mantém a importância devida referente ao Complexo Suape pelo direito de ocupação, uso e de preferência ao arrendamento, vencíveis quando do atingimento de certas metas acordadas com o Governo de Pernambuco, relacionadas com as fases do projeto para dragagem do terreno adquirido, as quais estão estipuladas em contrato.

24. IMPOSTOS DIFERIDOS

(a) **Impostos diferidos ativos, passivos e na demonstração do resultado:**

Descrição	Controladora		
	2025	2024	
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	(147.029)	(167.064)	
Movimentação da base do diferido, líquidos	48.601	20.035	
	(98.428)	(147.029)	
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre resultado abrangente lançado no patrimônio líquido, exercício anterior	6.231	13.576	
Movimentação da base do diferido, líquidos	9.057	(7.345)	
	15.288	6.231	

No ativo não circulante:

IRPJ	663	655
CSLL	238	236
	901	891

No passivo não circulante:

IRPJ	21.448	35.854
CSLL	7.721	12.907
	29.169	48.761

No patrimônio líquido:

IRPJ	3.822	1.558
CSLL	1.376	561
	5.198	2.119

Na demonstração de resultados:

IRPJ	12.150	5.008
CSLL	4.374	1.803
	16.524	6.811

(ii) **Movimentação do Diferido no resultado:**

	Controladora		
	2025	2024	
IRPJ e CSLL sobre base temporária (ativo)	10	(434)	
IRPJ e CSLL sobre base temporária (passivo)	16.514	7.246	
IRPJ e CSLL diferidos lançado no resultado, (líquidos)	16.524	6.811	

(b) **Composição dos impostos diferidos passivos:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")				
Precatórios	16.334	20.289	16.334	20.289
Reconhecimento de créditos decorrente de ações judiciais	-	6.484	-	6.484
AVJ sobre ativo financeiro	3.579	5.843	3.579	5.843
Obras públicas e contratos de longo prazo	2.405	4.026	2.405	4.026
Ativo financeiro	-	21.493	-	23.347
Variação monetária do ativo financeiro	-	89.236	-	80.115
Receita da construção (líquido de amortizações)	-	4.827	-	4.973
Receita de reequilíbrio financeiro	-	36.584	-	33.317
Reavaliação de propriedade para investimento	-	51.899	-	50.731
Outros	(870)	(788)	(870)	(788)
	21.448	35.854	225.467	228.337

Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

Precatórios	5.880	7.304	5.880	7.304
Reconhecimento de créditos decorrente de ações judiciais	-	2.334	-	2.334
AVJ sobre ativo financeiro	1.289	2.104	1.289	2.104
Obras públicas e contratos de longo prazo	866	1.449	866	1.449
Ativo financeiro	-	7.738	-	8.405
Variação monetária do ativo financeiro	-	32.125	-	28.841
Receita da construção (líquido de amortizações)	-	1.738	-	1.790
Receita de reequilíbrio financeiro	-	13.164	-	11.994
Reavaliação de propriedade para investimento	-	18.584	-	18.283
Outros	(314)	(284)	(314)	(284)
	7.721	12.907	81.170	82.200

Programa de Integração Social ("PIS")

Reconhecimento de créditos decorrente de ações judiciais	-	313	-	313
Obras públicas e contratos de longo prazo	759	804	759	804
Ativo financeiro	-	4.473	-	4.848
Variação monetária do ativo financeiro	-	2.318	-	2.081
Ativo operacional	-	276	-	239
Receita de reequilíbrio financeiro	-	826	-	1.857
	759	1.117	8.652	10.142

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

Reconhecimento de créditos decorrente de ações judiciais	-	1.580	-	1.580
Obras públicas e contratos de longo prazo	3.505	3.707	3.505	3.707
Ativo financeiro	-	20.647	-	22.382
Variação monetária do ativo financeiro	-	14.279	-	12.817
Ativo operacional	-	1.263	-	1.098
Receita de reequilíbrio financeiro	-	3.991	-	8.637
	3.505	5.287	43.685	50.221
Total dos impostos diferidos passivos	33.433	55.165	358.974	370.900
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	33.433	55.165	358.974	370.900

c) Imposto corrente:

Descrição	Controladora		
	2025	2024	
Lucro antes das provisões tributárias:	341.927	290.066	
Adições	92.854	61.181	
Exclusões	(250.980)	(244.301)	
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal antes dos incentivos fiscais	183.780	106.946	
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente	(45.921)	(26.712)	
Abatimentos dedutíveis	2.205	1.213	
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente a pagar	(43.716)	(25.499)	
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente a pagar	(16.540)	(9.625)	
	(60.256)	(35.124)	

25. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A movimentação do exercício é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contingências trabalhistas	1.336	1.218	1.982	1.380
Contingências cíveis	614	700	614	700
Contingências tributárias	701	701	701	701
	2.651	2.619	3.297	2.781

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos cíveis, tributários e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perdas classificadas como possíveis, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer face aos desfechos desfavoráveis dos mesmos. Os montantes dessas provisões estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contingências tributárias	164.966	173.185	164.966	173.185
Contingências cíveis	66.271	71.191	447.085	397.560
Contingências trabalhistas	5.662	3.227	11.600	3.368
	236.899	247.604	623.651	574.113

Os processos cíveis classificados como expectativa de perda possível referem-se, em sua maioria, a solicitações de indenizações por danos materiais e morais causados por obras realizadas pela Companhia. A controlada CMO possui uma ação classificada como possível. Em 2015 o Ministério Público Federal ingressou, em Santa Catarina, com três ações cíveis públicas nas quais a controlada CMO figura no polo passivo: i. o Ministério Público Federal alega irregularidades no zoneamento da área onde a controlada CMO pretende construir seu Estaleiro; ii. alegação de que não houve adequada análise do componente indígena no processo de licenciamento do Estaleiro e; iii. requerimento do reconhecimento do órgão ambiental federal como competente para realização do licenciamento do Estaleiro. A administração da controlada CMO por meio de seus assessores jurídicos, está se defendendo judicialmente dessas ações, que foram classificadas, pelos seus assessores jurídicos, com risco "Possível". A decisão de primeira instância, favorável à companhia, foi revertida em segunda instância. A CMO interps recurso aos Tribunais Superiores, e, atualmente, aguarda-se julgamento. **(a) Garantias:** De acordo com o Código Civil, a Companhia é responsável por garantia da obra pelo período de cinco anos, devendo a mesma se responsabilizar por possíveis gastos posteriores causados por problemas estruturais ou vícios construtivos. A Companhia tem como procedimento efetuar a retenção de parcela dos montantes devidos a fornecedores, por período médio de 6 meses após a conclusão da obra para fazer face ao cumprimento dessas obrigações junto aos clientes. O histórico da Companhia é de não ter ocorrido gastos significativos para cumprimento da obrigação de garantias de obras nos últimos cinco anos, não havendo expectativa de que virá ocorrer desembolsos futuros significativos para fazer face a essa obrigação, motivo pelo qual nenhuma provisão foi constituída para fazer face às construções em garantia.

26. PROVISÃO PARA REINVESTIMENTOS

As controladas Inova Saúde São Paulo SPE S.A e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A., possuem contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde, o mesmo prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, as controladas vêm provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. O montante da provisão é de R\$ 65.283 (2024 - R\$ 53.713).

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1. Capital social: O capital social está representado por 412.714.998 ações ordinárias, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em dezembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 288.000, mediante a capitalização parcial das Reservas de lucros, passando o capital social de R\$ 212.000 para R\$ 500.000, sem alterações na quantidade de ações. **27.2. Outros resultados abrangentes:** Conforme mencionado na Nota 5.3 (b) a Companhia revisou a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) do seu investimento na coligada Concer e exerceu o direito de mudança de critério da avaliação para o ativo financeiro mensurado a valor justo, nível 3. Atendendo ao CPC 48 a Companhia optou por efetuar uma escolha irrevogável do reconhecimento inicial do valor justo e apresentar alterações subsequentes em outros resultados abrangentes. Em 31/12/2025 o valor justo do investimento Concer foi avaliado em R\$ 73.167 (2024 - R\$ 82.2



Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.
CNPJ nº 61.584.223/0001-38



* continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2025									
	Construção civil	Manutenção de parques	Urbanização	Urbanização	Urbanização	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Demais segmentos	Demais segmentos
	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	Urbanização Águas Claras S.A.	Urbanização Cânions Verdes S.A.	Urbanização Gestão de Parques SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Ambicapa Ltda.	Arena Serra Dourada S.A.	CMi Export, Import. Com. e Montagem Ind. Ltda.	CMO Construção e Montagem Offshore S/A
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	634.082	179	107	1.640	26.385	13.128	945	12.853	34	28
Contas a receber de clientes	297.626	664	619	67.590	12.090	6.354	4.932	-	-	-
Ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	104.845	53.095	-	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	4.295	1.944	376	3.658	3.898	2.219	624	49	100	-
Adiantamentos a fornecedores	3.127	2	7	346	4.692	479	-	3	-	-
Estoques	4.790	137	6	707	-	-	185	-	-	-
Outras contas	13.763	36	114	4.511	399	144	57	87	-	-
	957.683	2.963	1.229	78.452	152.299	75.419	6.743	12.992	134	29
Não Circulante										
Partes relacionadas	21.437	43	200	703	10	6	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	174.423	-	-	69.482	123.683	3.532	-	-	-	-
Ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	447.925	162.877	-	-	-	-
Processos judiciais	19.781	28	-	1.046	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	901	17.968	21.089	3.987	10.455	11.798	-	2.446	234	21.175
Impostos e contribuições a compensar	21.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas	1.169	-	151	17.874	-	-	-	2.901	-	-
	238.731	18.039	21.440	93.092	582.073	178.213	-	5.347	234	21.175
Investimentos em participações	931.190	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	73.454	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	36.712	670	1.343	8.725	5	9	2.535	32	-	207.595
Intangível	3.100	3	191	3.198	339	322	-	1.870	-	31.794
Ativo Operacional	-	40.988	83.186	461.552	-	-	-	9.995	-	-
	1.283.187	59.700	106.160	566.567	582.417	178.544	2.535	17.244	234	260.564
Total do ativo	2.240.870	62.663	107.389	645.019	734.716	253.963	9.278	30.236	368	260.593

Ativo	2024									
	Construção civil	Manutenção de parques	Urbanização	Urbanização	Urbanização	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Demais segmentos	Demais segmentos
	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	Urbanização Águas Claras S.A.	Urbanização Cânions Verdes S.A.	Urbanização Gestão de Parques SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Ambicapa Ltda.	Arena Serra Dourada S.A.	CMi Export, Import. Com. e Montagem Ind. Ltda.	CMO Construção e Montagem Offshore S/A
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	402.679	7.058	228	216	36.844	6.586	454	12.853	34	22
Contas a receber de clientes	252.856	73.941	383	536	111.930	56.861	2.948	-	-	-
Ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	474	5.766	403	1.333	3.406	1.571	754	-	-	47
Adiantamentos a fornecedores	2.290	267	-	17	4.208	383	1	-	-	-
Estoques	3.216	606	2	173	-	-	-	-	-	-
Outras contas	13.025	467	131	182	937	291	8	-	-	-
	674.540	88.105	1.147	2.457	157.325	65.692	4.165	-	34	69
Não Circulante										
Partes relacionadas	13.023	705	210	6	-	-	383	-	-	38
Contas a receber de clientes	134.388	75.038	-	-	574.657	173.058	-	-	-	-
Processos judiciais	45.762	776	-	9	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	891	3.649	16.755	13.324	8.586	9.677	62	-	20.698	234
Impostos e contribuições a compensar	21.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas	3.062	14.438	183	-	-	-	-	-	-	-
	218.146	94.606	17.148	13.339	583.243	182.735	445	-	20.698	272
Investimentos em participações	878.588	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	82.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	33.932	9.409	1.365	724	7	13	1.396	-	202.925	-
Intangível	7.531	5.257	278	-	916	905	-	-	31.794	-
Ativo Operacional	-	405.663	74.676	23.169	-	-	-	-	-	-
	1.220.708	514.935	93.467	37.232	584.166	183.653	1.841	-	255.417	272
Total do ativo	1.895.248	603.040	94.614	39.689	741.491	249.345	6.006	-	255.451	341

Passivo e patrimônio líquido	2025									
	Construção civil	Manutenção de parques	Urbanização	Urbanização	Urbanização	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Demais segmentos	Demais segmentos
	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	Urbanização Águas Claras S.A.	Urbanização Cânions Verdes S.A.	Urbanização Gestão de Parques SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Ambicapa Ltda.	Arena Serra Dourada S.A.	CMi Export, Import. Com. e Montagem Ind. Ltda.	CMO Construção e Montagem Offshore S/A
Circulante										
Fornecedores	54.442	1.609	756	37.621	5.238	3.196	520	805	2	19
Empréstimos e financiamentos	-	70.334	80.068	39.115	21.900	8.233	430	-	-	-
Obrigações e encargos trabalhistas	77.247	451	835	4.411	5.754	3.090	2.720	353	23	65
Obrigações tributárias	37.721	675	460	3.657	5.384	9.136	321	223	16	28
Adiantamentos de clientes	185.261	625	-	45.394	-	-	1	17.150	-	-
Adiantamentos de outorga	-	-	-	31.718	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações a pagar	6.406	304	154	2.011	743	300	48	-	-	-
	361.077	73.998	82.273	163.927	39.019	23.955	4.040	18.531	41	112
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	-	-	48.695	295.055	205.687	60.564	354	-	-	-
Partes relacionadas	21.201	22.985	5.163	-	-	-	505	14.301	-	-
Impostos diferidos	33.433	-	-	14.577	168.728	71.654	-	-	-	70.582
Provisões para contingências	2.651	-	22	457	79	89	-	-	-	-
Provisões para reinvestimentos	-	-	-	-	30.671	34.612	-	-	-	-
Provisão para perda de investimento	65.757	-	-	147	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	55.005	-	-	99.750	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de outorga	-	-	-	5.875	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações a pagar	27.426	76	-	-	2.278	1.996	-	-	-	15.191
	205.473	23.061	53.880	415.862	407.443	168.915	859	14.301	-	85.773
Total do Passivo	566.550	97.059	136.153	579.789	446.462	192.870	4.899	32.832	41	85.885
Patrimônio líquido										
Capital social	500.000	560	12.275	32.871	69.282	30.457	100	2.152	10	122.332
Outros resultados abrangentes	(10.090)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	100.000	-	-	1.484	13.856	6.091	20	-	2	24.466
Reservas de lucros	1.084.410	(34.956)	(41.039)	30.876	205.116	24.545	4.259	(4.748)	315	27.910
Prejuízo acumulado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido total	1.674.320	(34.396)	(28.764)	65.231	288.254	61.093	4.379	(2.596)	327	174.708
Total do passivo e patrimônio líquido	2.240.870	62.663	107.389	645.019	734.716	253.963	9.278	30.236	368	260.593

Passivo e patrimônio líquido	2024									
	Construção civil	Manutenção de parques	Urbanização	Urbanização	Urbanização	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Serviços hospitalares	Demais segmentos	Demais segmentos
	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	Urbanização Águas Claras S.A.	Urbanização Cânions Verdes S.A.	Urbanização Gestão de Parques SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Urbanização Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Ambicapa Ltda.	Arena Serra Dourada S.A.	CMi Export, Import. Com. e Montagem Ind. Ltda.	CMO Construção e Montagem Offshore S/A
Circulante										
Fornecedores	44.558	27.542	1.651	1.521	2.197	1.161	327	805	2	19
Empréstimos e financiamentos	57	30.421	52.384	31.542	21.522	7.958	354	-	-	-
Obrigações e encargos trabalhistas	52.025	4.959	699	381	4.662	2.576	2.313	-	-	14
Obrigações tributárias	29.227	8.524	474	496	3.523	14.147	247	-	-	1
Adiantamentos de clientes	96.471	90.332	12	494	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de outorga	-	-	-	-	12	13	-	-	-	-
Outras obrigações a pagar	8.743	1.747	94	284	987	710	-	-	-	-
	231.081	171.402	55.314	34.718	32.903	26.565	3.241	-	87	16
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	-	225.923	55.210	10.865	225.950	68.319	636	-	-	-
Partes relacionadas	30.740	-	4.413	19.333	238	-	1.190	-	-	-
Impostos diferidos	55.165	13.591	-	-	160.752	72.398	-	-	-	68.994
Provisões para contingências	2.619	140	22	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para reinvestimentos	-	-	-	-	25.252	28.461	-	-	-	-
Provisão para perda de investimento	48.053	145	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	30.000	89.302	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de outorga	-	38.713	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações a pagar	23.105	-	2.480	-	2.516	2.204	-	-	-	14.087